

AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS EM LIVROS DO PNLD DE GEOGRAFIA DE 2024

Nola Patrícia Gamalho

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8585-4798>

Universidade Federal do Pampa, São Borja/RS - Brasil
nolagamalho@unipampa.edu.br

Marcos Vinícius da Silva Goulart

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4869-6302>

Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM- Brasil
marcos.goulart@ufam.edu.br

Recebido em: 24/04/2026

Aceito em: 04/05/2026

Resumo: O artigo analisa a forma como as religiões de matriz africana são representadas em livros didáticos de Geografia do 7º ano aprovados pelo PNLD 2024, buscando compreender se há valorização, invisibilização ou tratamento superficial dessas temáticas. A pesquisa parte da noção de colonialidade do poder (Quijano, 2005) e da necessidade de uma educação antirracista e decolonial, fundamentada na Lei nº 10.639/03 e nas Diretrizes Curriculares para as Relações Étnico-Raciais. O estudo adota a análise de conteúdo de seis coleções de Geografia, considerando textos, imagens, atividades e orientações aos docentes. Os resultados apontam que, embora haja avanços na abordagem étnico-racial, a temática religiosa afro-brasileira ainda é tratada de modo pontual e superficial, geralmente associada à diversidade cultural ou à intolerância religiosa, sem aprofundamento de seus significados simbólicos e territoriais.

Palavras-chave: PNLD 2024; Educação antirracista; Religiões afro-brasileiras; Geografia escolar; Colonialidade.

Afro-Brazilian Religions in Geography Textbooks from the 2024

Abstract: This article analyzes how religions of African origin are represented in 7th-grade Geography textbooks approved by the PNLD 2024, seeking to understand whether there is appreciation, invisibility, or superficial treatment of these themes. The research starts from the notion of coloniality of power (Quijano, 2005) and the need for an anti-racist and decolonial education, based on Law No. 10.639/03 and the Curricular Guidelines for Ethnic-Racial Relations. The study adopts content analysis of six Geography collections, considering texts, images, activities, and teacher guidelines. The results indicate that, although there are advances in the ethnic-racial approach, the Afro-Brazilian religious theme is still treated in a punctual and superficial way, generally associated with cultural diversity or religious intolerance, without deepening its symbolic and territorial meanings.

Keywords: PNLD 2024; Anti-racist education; Afro-Brazilian religions; School geography; Coloniality.

INTRODUÇÃO

A escravidão de povos africanos perdurou no Brasil de aproximadamente 1530 a 1888, quando da lei Áurea, o que corresponde a 358 anos de escravidão africana, de desconstrução da humanidade dessas pessoas, de produção de subjetividades etnocêntricas focadas na superioridade branca, europeia cristã. Em contrapartida, são apenas 137 anos sem escravidão oficialmente. De ferocidade comparável ao projeto colonial escravocrata é a sua continuidade, o que Quijano (2005) define como colonialidade do poder, em que uma de suas facetas é a construção de subjetividades que subalternam corpos, seres e saberes. Isso implica que a perversidade colonialista escravocrata reverbera até os dias atuais, visível nas taxas sociais e econômicas de negros (pretos e pardos), cujos indicadores são inferiores às taxas da população autoidentificada como branca: no campo da educação, as taxas de comparecimento ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2021 foram de 72,1% para a população branca, 60,2% para a preta e 62,9% para a parda; nas taxas de violência, o homicídio por cem mil pessoas em 2020 foi de 11,5 para a população branca, 21,9 preta e 34,1 para a parda (IBGE, 2022). Essa conjuntura nos encaminha à compreensão que a luta contra as sequelas do colonialismo escravocrata repercute na contemporaneidade e que ainda há muito a ser superado. Nessa perspectiva, objetiva-se analisar como são abordados ou invisibilizados os temas das religiões de matriz africana em livros de Geografia do 7º ano do PNLD/2024 (Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático). Parte-se da compreensão de que há múltiplas manifestações racistas, sendo a religiosa uma das mais explícitas e perceptível em argumentos tais como a defesa dos animais, bem como a associação à demonização das divindades, o que em verdade evidencia o racismo estrutural, a intolerância religiosa e a visão de superioridade religiosa.

A pesquisa encontra-se em andamento, sendo aqui discutidos resultados parciais. O PNLD/2024 aprovou 15 coleções de Geografia, sendo elas: A conquista Geografia, da Editora FTD SA; Amplitude Geografia, da Editora Brasil SA; Caleidoscópio, da Carochinha Editora LTDA; Expedições Geográficas, da Editora Moderna LTDA; Geografia: Compreensão do espaço e lugar, Da Editora IBEP Inst. Brasileiro de Edições pedagógicas; Geração Alpha Geografia, da Edições SM LTDA; Geografia

uma nova visão, da Pantograf Gráfica e Editora LTDA; Segue a trilha Geografia, da Palavras projetos editoriais LTDA; SuperAÇÃO! Geografia, da Editora Moderna; Araribá Conecta Geografia, da Editora Moderna LTDA; Conexões & Vivências Geografia, da Editora do Brasil SA; Jornadas: novos caminhos Geografia, da Editora Saraiva Educação SA; Jovens Sapiens Geografia, da Editora Scipione SA; Geografia espaço & Interação, da Editora FTD SA; Telaris, da Editora Ática (Brasil, 2024). Sendo que nesse momento serão abordadas as últimas seis coleções citadas. O acesso ao material ocorreu na maioria por disponibilidade nos sites das editoras e em aquisição própria. Foram analisados os livros destinados aos docentes, os quais têm nas laterais e parte inferior orientações ao docente e na parte central o livro do aluno. Nessa etapa, buscou-se contemplar diferentes editoras, sendo realizado análise de conteúdo a partir das temáticas afro-brasileiras, quilombolas e indígenas, com registro de todas as vezes que essas constaram nos materiais, seja nos espaços destinados ao discente, ao docente, em recursos textuais, imagéticos e atividades. Para essa análise, foram desenvolvidas as categorias afro-brasileiro e religiosidade.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA A PARTIR DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

O Programa Nacional do Livro Didático e do Material Didático (PNLD) é uma política de distribuição gratuita de material às escolas públicas do Brasil. É uma política extremamente exitosa, dado que possibilita o acesso a recursos didáticos, sendo que em algumas realidades territoriais, são os únicos ou principais materiais de leitura de nossas crianças e jovens. A política se originou no início do século XX, com a criação em 1937 do Instituto Nacional do Livro (INL) (Bragança, 2009). Em 1985 foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático, através do Decreto nº 91.542. Em 1987 foi transferida a responsabilidade ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a ampliação do programa que passou a adquirir livros para todos os anos do ensino fundamental. Maciel (2014, p. 225) destaca que “[...] em 2001 o PNLD foi considerado o maior programa de avaliação e distribuição de livros didáticos do mundo, obtendo registro no Guinness Book”. Em

2003, o programa foi ampliado para o ensino médio, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino

Médio (PNLEM) (Cassiano, 2007). Em 2010, o decreto nº 7084 dispôs sobre os agentes e etapas da avaliação, assim como dos recursos. Em 2017 tem-se o decreto nº 9099, que dispõe sobre o PNLD (MEC, 2025).

Para serem disponibilizados no PNLD e adquiridos pelo governo federal, os materiais didáticos passam por uma intensa avaliação a qual deve atender critérios éticos, legais, gráficos, de correção de conteúdo e ortografia, estar isentos de preconceitos e estereótipos. Os materiais são avaliados sem a identificação de autoria ou editora através de editais e profissionais capacitados. Apenas os materiais aprovados podem ser adquiridos e disponibilizados para a escolha nas escolas públicas. Para o setor editorial, o Estado brasileiro é o principal comprador desses materiais, fazendo com que as editoras busquem adequar seus materiais aos editais do PNLD.

De acordo com o Ministério da Educação, o PNLD segue seis etapas:

- 1 Edital- Duração média de 6 meses. Após consulta em audiência pública, o edital é publicado com a definição dos objetos, características das obras, prazos e especificações técnicas e pedagógicas.
 - 2- Inscrição. Duração média de 6 meses. Processo de submissão das editoras das obras confeccionadas a partir das diretrizes de cada edital.
 - 3- Avaliação Pedagógica. Duração média 6 meses. Todas as obras inscritas são submetidas ao processo de avaliação pedagógica coordenada pelo MEC e realizada por profissionais qualificados da educação.
 - 4- Escolha. Duração média: 2 meses. A escolha das obras aprovadas é feita pelos professores. Todas as resenhas das obras são divulgadas no Guia Digital do PNLD.
 - 5- Negociação. Duração média: 3 meses. Definida a quantidade de obras a serem adquiridas, tem-se o início do processo de negociação. O valor pago por obra pode ser até 10 vezes menor que o valor de mercado.
 - 6- Produção e Distribuição. Duração média: 7 meses. A etapa de produção compreende impressão, acabamento e paletização das obras. Já a distribuição é feita pelo FNDE e os correios e entrega livros para todas as escolas aderidas ao PNLD.
- (Brasil, 2025)

Esses materiais devem seguir a legislação e orientações, entre elas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, as Leis 10.639/03 e 11.645/08. O que implica em desenvolver recursos que promovam de forma equitativa a diversidade étnica nacional, reconhecendo e valorizando a população afro-brasileira e os povos originários. Além disso, o material deve estar isento de

preconceitos e estereótipos e representar de forma positiva a diversidade étnica nacional. Temos assim um arcabouço legal voltado para a prática da educação antirracista (Ribeiro, 2019).

Conforme o Guia do PNLD (Brasil, 2023), as obras aprovadas valorizam os conhecimentos cotidianos e a atuação crítica cidadã; o documento notifica que são desenvolvidas valorizações da diversidade étnica de matrizes culturais como a indígena, africana e europeia; que o material apresenta as lutas e resistências dos povos indígenas, afrodescendentes e quilombolas, promovendo-os de forma positiva, valorizando suas tradições, organizações, saberes e formas de participação social. Todavia, a valorização positiva e a ausência de estereótipos são suficientes para suplantar as subjetividades racistas constituídas desde o período escravocrata até os dias atuais? A intersecção entre as desigualdades sociais e étnico-raciais demonstram que, embora a legislação e os sistemas normativos supracitados sejam imprescindíveis para uma educação cidadã e antirracista, não são suficientes. Assim, segue-se o raciocínio de Rufino (2019), quando argumenta que para combater o “carrego colonial”, são necessárias táticas de guerrilha do conhecimento. Para o autor: “[...] não há enfrentamento e transgressão ao colonialismo que não assuma posições contundentes e comprometidas com o combate ao cárcere racial (enclausuramento e desvio do ser) e às suas produções de injustiças cognitivas” (Rufino, 2019, p.11).

Logo, defende-se que, embora os materiais aprovados contemplem a superação da reprodução de estereótipos e preconceitos, não necessariamente corroboram com um rompimento radical com o carrego colonial (Rufino, 2019). Tem-se uma arena de embates e disputas, de um lado os avanços da luta antirracista, que decorrem de lutas dos movimentos sociais, de outro o sistema editorial, que tem no Estado brasileiro o principal “cliente”. É imprescindível ter em mente que os livros têm o poder de reprodução de imaginários, o que foi feito historicamente. Sendo assim, é salutar sobrepôr às avaliações realizadas no PNLD a análise com enfoque de contra colonização (Santos, 2023).

A GEOGRAFIA NA ENCRUZILHADA: A RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS

O colonialismo estabeleceu as “normalidades”, assentadas no etnocentrismo do homem, branco, cristão, heterossexual. O cristianismo emergiu como “campo da verdade”, o que repercute até hoje no sistema escolar. As escolas públicas, não raro e, embora laicas, têm o predomínio da religiosidade cristã, com a normalização de suas orações e seus símbolos nos seus edifícios. Não há estranhamento nisso, mas há resistência quando se discute sobre a laicidade e a oportunidade de diferentes matrizes religiosas estarem no cotidiano escolar, de forma a promover a diversidade e o respeito.

Mesmo que práticas religiosas nas escolas nem sempre respeitem a laicidade, a exemplo do que apontou Castanheira (2025), é importante tratar o tema religioso sem comprometer o caráter laico das instituições públicas. Ao contrário, busca-se concretizar o que as Diretrizes Curriculares para as relações étnico-raciais (Brasil, 2004) preconizam acerca da representatividade afirmativa de diferentes culturas no contexto escolar. Silva (2005) problematiza o silenciamento no contexto escolar ao qual as religiosidades de matriz africana foram submetidas.

Como educar para a diversidade e para o acolhimento de diversas manifestações culturais no contexto escolar se há pudor ou preconceito quanto às religiosidades de matriz africana? O silenciamento e inferiorização promovidos pelo processo colonial construíram esses imaginários e subjetividades que criminalizam manifestações dissonantes das etnocentradas. Silva (2005, p. 122) argumenta acerca de negrofobia, a qual “[...] tem um reflexo enorme no plano do sagrado e afeta de modo contundente as religiões de matriz africana e todo o universo mítico que elas evocam”.

Passados séculos, tanto no período escravocrata, quanto posterior e contemporâneo, de inferiorização e demonização das religiões de matriz africana, torna-se urgente desenvolver essas temáticas no contexto escolar, dentro de uma perspectiva laica, mas que promovam o rompimento com a opressão física, histórica e psicológica do colonialismo e do racismo. Assim, busca-se uma radicalidade, citada por Rufino (2019, p.13) como carrego colonial, “[...] que obsedia e desencanta, a decolonização ou descolonialidade emerge como as ações de desobsessão dessa má sorte”. É uma luta contracolonial (Santos, 2023) e antirracista (Ribeiro, 2019).

E qual o papel do componente curricular de Geografia ou do PNLD nessa guerrilha epistêmica? Salienta-se a importância desse pensamento inspirado nas concepções de guerrilha e radicalidade dado a intensidade feroz da violência colonialista e do racismo. Esses devem ser denominados tal qual são: violência, injustiça e precariedade, uma vez que silencia, desconstitui a diversidade epistêmica na hegemonia etnocentrada da matriz ocidental cristã. E essa guerrilha não é contra as manifestações cristãs. Pelo contrário, o argumento reforça a necessidade e urgência do encontro de diferentes perspectivas religiosas e culturais em condição de igualdade e respeito. O que se espera é equidade e diversidade.

A geografia trata do espaço, produto da ação humana, carregado de materialidades, sentidos e disputas. Estuda a população mundial e brasileira, logo, tem importância ímpar na construção desse imaginário nacional que deve ser assentado nas suas diversas matrizes culturais e étnicas. E o PNLD, com o alcance territorial e social, tem a potencialidade de fomentar reflexões críticas acerca do preconceito religioso e de desenvolver afirmativamente as diversas matrizes religiosas, em especial as de origem afro-brasileira.

A representação afirmativa da população negra e de sua história e cultura são normativas há mais de 20 anos com a Lei 10.639/03. Entre os documentos legais, tem-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tanto orienta o desenvolvimento cognitivo, quanto o social e o socioemocional, assim como os objetivos de aprendizagem que deverão ser desenvolvidos. Em um contexto no qual 55,4% da população brasileira se autoidentifica como negra (parda e preta), como desenvolver o pertencimento social de forma equânime desse segmento social, além das representações de escravidão? E, sem deixar de problematizar os indicadores sociais, desenvolver, o que antes fora silenciado e ocultado, suas importâncias, conquistas e resistências? Isso é tarefa de toda a educação básica, de forma disciplinar e transversal, inclusive no componente de Geografia. O que alinha essa reflexão à compreensão de Silva (2018, p.110) acerca da importância da Geografia no contexto étnico-racial em sua contribuição para o posicionamento dos alunos: “[...] pois entender sua função e importância nesse processo é a base fundamental para desconstruir uma sociedade disciplinada em preconceitos raciais”.

As coleções analisadas (Quadro 1), como era de se esperar, apresentam avanços nas representações e abordagens das temáticas étnico-raciais. No entanto, não têm

efetivos rompimentos ou superações quanto ao colonialismo. E no que tange à temática religiosa, ainda existe um grande tabu nacional, predominando o silêncio ou passagens superficiais.

Quadro 1: Coleções analisadas e a síntese da resenha do PNDL quanto à temática étnico racial.

Coleção	Síntese da resenha
Araribá Conecta-Geografia- Editora Moderna	Texto argumenta que o livro traz exemplos de enfrentamentos de violências e desigualdades raciais. Sugere que se oportunize aos estudantes discussões de temas como povos tradicionais e originários, que podem ser ampliados a partir de seções especiais ao longo da coleção.
Conexões & Vivências Geografia - Editora do Brasil SA	Síntese argumenta que são apresentadas formas não-ocidentais de organização social e interação com a natureza. Traz a discussão sobre o papel das populações negras e indígenas na formação do país. Explora modos de vida e questões políticas de comunidades indígenas e quilombolas. Não apresenta estereótipos ou preconceitos.
Jornadas: novos caminhos-Geografia - Saraiva Educação S. A	Texto argumenta que a coleção promove o respeito à diversidade étnica e regional. Os direitos humanos, a cultura e história dos povos indígenas e afro-brasileiros. Desenvolve os temas contemporâneos transversais de diversidade cultural, valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.
Jovens Sapiens Geografia - Editora Scipione S.A	Resenha informa que a coleção combate preconceitos e representações regionais, de povos e culturas, destacando os modos de vida dos povos indígenas e seu papel na constituição da cultura e do território brasileiro, indagando a expropriação colonial. De modo semelhante o tratamento aos afrodescendentes.
Telaris -Editora Ática SA.	Texto explica que a coleção traz imagem positiva das matrizes indígena e africana. são abordadas as lutas e resistências dos povos indígenas e afrodescendentes
Geografia Espaço & Interação - Editora FTD S A	Argumenta que o livro promove o convívio democrático e o respeito à diversidade e multiculturalismo. Traz discussões sobre comunidades tradicionais indígenas, quilombolas.
Coleção	Síntese da resenha
Araribá Conecta-Geografia- Editora Moderna	Texto argumenta que o livro traz exemplos de enfrentamentos de violências e desigualdades raciais. Sugere que se oportunize aos estudantes discussões de temas como povos tradicionais e originários, que podem ser ampliados a partir de seções especiais ao longo da coleção.
Conexões & Vivências Geografia - Editora do Brasil SA	Síntese argumenta que são apresentadas formas não-ocidentais de organização social e interação com a natureza. Traz a discussão sobre o papel das populações negras e indígenas na formação do país. Explora modos de vida e questões políticas de comunidades indígenas e quilombolas. Não apresenta estereótipos ou preconceitos.
Jornadas: novos caminhos-	Texto argumenta que a coleção promove o respeito à diversidade étnica e regional. Os direitos humanos, a cultura e história dos povos indígenas e afro-brasileiros. Desenvolve os temas contemporâneos transversais de

Geografia - Saraiva Educação S. A	diversidade cultural, valorização do multiculturalismo nas matrizes históricas e culturais brasileiras.
Jovens Sapiens Geografia - Editora Scipione S.A	Resenha informa que a coleção combate preconceitos e representações regionais, de povos e culturas, destacando os modos de vida dos povos indígenas e seu papel na constituição da cultura e do território brasileiro, indagando a expropriação colonial. De modo semelhante o tratamento aos afrodescendentes.
Telaris -Editora Ática SA.	Texto explica que a coleção traz imagem positiva das matrizes indígena e africana. são abordadas as lutas e resistências dos povos indígenas e afrodescendentes
Geografia Espaço & Interação - Editora FTD S A	Argumenta que o livro promove o convívio democrático e o respeito à diversidade e multiculturalismo. Traz discussões sobre comunidades tradicionais indígenas, quilombolas.

Fonte: Brasil (2023).

O livro com mais densidade de ocorrências e desenvolvimento de conteúdo com a interseccionalidade étnico-racial e as religiosidades foi o Araribá, da editora Moderna. Nele é possível observar, na Unidade II – População brasileira, uma imagem da celebração de Nosso Senhor do Bonfim na Bahia (Dellore, 2022, p. 65). O material não explora ou aprofunda o caráter sincrético da celebração na identidade negra baiana, sendo uma imagem mais ilustrativa da diversidade cultural do Brasil, o que não necessariamente conduz à reflexão e valorização da religiosidade. Ainda na Unidade II, Capítulo 6 – Heterogeneidade da população brasileira, o material no campo destinado ao docente sugere o documentário “Atlântico Negro: na rota dos orixás” (Dellore, 2022, p. 82), mas também não enfatiza a religiosidade e sim a vinda de africanos e suas contribuições culturais. Somente na Unidade VI (Região Sul), capítulo 15, que trata de aspectos econômicos, que o material apresenta no quadro “Para Refletir”, um texto com o título “Por que as religiões afro-brasileiras sofrem discriminação” (Dellore, 2022, p. 180). No mesmo texto, traz o dado de que o Rio Grande do Sul é um dos estados com maior número de praticantes de religiões de matriz africana, o que é imprescindível para superar o imaginário nacional predominante de população descendente da Europa. Ou seja, romper com o apagamento da presença e importância da população negra. E para encerrar esse subtítulo apresenta uma imagem de mulheres com vestimentas das religiosidades de matriz africana em Cidreira (RS), assim como a sugestão ao professor do documentário da TV Brasil: “Batuque gaúcho e suas raízes africanas”

(Dellore, 2022, p. 181). Ou seja, de todo o material, tem-se três passagens que, embora evidenciem a presença negra no Sul do Brasil, constituindo um avanço importante, podem ampliar as compreensões das religiosidades negras no território nacional. O livro *Jovem Sapiens*, da editora Scipione traz uma passagem no capítulo 3- População Brasileira, no quadro: “Hora do Tema”, subtítulo Comunidades quilombolas, a imagem de uma apresentação de crianças de um reisado da comunidade quilombola Inhanhum, (PE) (Estruzani, 2022, p.129). Essas manifestações culturais são recorrentes em comunidades quilombolas e correspondem ao sincretismo das referências africanas com o catolicismo, constituindo-se em festejos afrocatólicos. Ainda que traga passagens textuais acerca da importância da diversidade, essa não se concretiza na valorização das demais manifestações de religiosidades africanas.

O livro da coleção *Conexões e Vivências*, da Editora Brasil, apresenta no capítulo 15- Centro-Oeste: biomas ameaçados, os festejos de Nossa Senhora do Rosário, também dentro do universo afrocatólico brasileiro, no mesmo campo textual, cita lemanjá e o candomblé. Explica ainda que a Umbanda é uma religião brasileira da união de cultos de povos africanos e o catolicismo. Por fim, no mesmo quadro, sugere atividade dos alunos de pesquisa sobre as religiões de matriz africana (Bologian; Alves, 2022, p. 204-206). Observa-se novamente a superficialidade da abordagem, que normalmente se encontra em algum quadro interdisciplinar, nesse caso em um capítulo aleatório.

O livro da Coleção *Espaço e interação*, da editora FTD, traz na Unidade 3, capítulo 3- Populações tradicionais e território, no campo do docente, orientações sobre as comunidades de terreiro, momento em que explica a necessidade de orientar a discussão de forma respeitosa e ética acerca das diferenças. No campo do aluno, traz um terreiro de Belém (PA), com praticantes e signos da religiosidade e entidades. Explica ao discente que os terreiros são comunidades de culto de religiões de matriz africana, com elementos da natureza. (Paula; Pinesso; Rama; 2022, p.84-85). Na Unidade IV, capítulo 3 - População negra, subtítulo Racismo, explica-se que entre as reivindicações do movimento negro está a promoção da cultura e a garantia do direito à manifestação das religiões afro-brasileiras (Paula; Pinesso; Rama, 2022, p.115).

No livro da coleção *Jornadas: novos caminhos*, da Saraiva, na Trilha 1- População brasileira: diversidade étnica, o subtítulo sincretismo religioso, explica-se que a cultura brasileira decorre de diversas origens e que o sincretismo é comum nas religiões, sendo que a matriz africana foi criminalizada e perseguida por longo tempo, o que levou a associação das divindades da religião católica às da umbanda e candomblé. Ressalta ainda que há preconceito e destruição de terreiros (Muniza; Guerrero; Fernandes, 2022, p.48)

O livro da coleção *Telaris*, da editora Ática, trata de forma superficial acerca da intolerância e religiosidades sem enfoque específico nas de matriz africana.

Observa-se que as temáticas de religiões de matriz africana são utilizadas majoritariamente de forma superficial para exemplificar a diversidade brasileira ou sobre a intolerância. Não há desenvolvimento substancial de suas cosmogonias na relação com o território nacional. As temáticas são tratadas em subsectores dentro dos capítulos, sem um enfoque consistente. Há desconhecimento acerca das manifestações de religiosidade africana, sendo necessário mais adensamento conceitual e exemplos de forma a reverter o imaginário negativo e favorecer que crianças e jovens de todos os pertencimentos étnico-raciais conheçam as religiosidades nacionais, respeitando-as e valorizando-as.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das seis coleções de Geografia do 7º ano do PNDL 2024 evidencia que, embora haja avanços quanto à representação étnico-racial e à presença de conteúdos relacionados às populações negras, indígenas e quilombolas, a abordagem das religiões de matriz africana permanece superficial e marginalizada. Em geral, as menções ocorrem de modo pontual, frequentemente associadas à ideia de diversidade cultural ou à intolerância religiosa, sem aprofundar suas dimensões simbólicas, territoriais e epistemológicas.

Percebe-se que o silenciamento histórico dessas religiosidades, produzido pelo colonialismo e pela hegemonia cristã-ocidental, ainda reverbera no material didático, que tende a reproduzir uma narrativa culturalmente etnocentrada. As passagens encontradas, como a festa do Senhor do Bonfim, o batuque gaúcho, o reisado quilombola e referências ao candomblé e à umbanda, revelam a permanência de

uma visão superficial que pouco contribui para a formação de uma consciência crítica antirracista.

Diante disso, é necessário que as políticas públicas de educação, em especial o PNDL, avancem para além da mera representatividade simbólica, garantindo a inclusão efetiva das cosmovisões africanas e afro-brasileiras como parte constitutiva do território e da cultura nacional. O ensino de Geografia, ao tratar das relações entre espaço, sociedade e cultura, tem papel estratégico nessa tarefa. Assim, o enfrentamento do carrego colonial requer uma postura pedagógica comprometida com a decolonização dos saberes e o reconhecimento das múltiplas espiritualidades brasileiras, afirmando o direito à diferença e à valorização das religiosidades negras em condição de igualdade e respeito.

REFERÊNCIAS

BRAGANÇA, Aníbal. As políticas públicas para o livro e a leitura no Brasil: o Instituto Nacional do Livro (1937-1967). **Matrizes**. Ano 2, N. 2, primeiro semestre de 2009. p. 221-246. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/matrizes/article/view/38232/41008>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BOLIGIAN, Levon; ALVES, Andressa. **Conexões & Vivências: geografia, 7: ensino fundamental: anos finais**. 1 ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2022.

BRANCO, Anselmo Lázaro; PRADO, Bruno Silva; CAMPOS, Eduardo. **Teláris Essencial: Geografia: 7º ano**. 1 ed. São Paulo: Ática, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Linha do Tempo do PNDL**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld/linha-do-tempo>. Acesso em: 10 jul. 2024

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Como funciona**. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnld/como-funciona>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit e.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº10.639, de 9 de janeiro de 2003.**
Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.**
Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília. Outubro de 2004. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Guia de livros didáticos: PNDL 2024: Geografia: anos finais do ensino fundamental.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023.

CASTANHEIRA, Viviane. Interferência de religiosos na educação: professor perseguido por aula com mitologias africana e grega pede demissão de escola municipal -. *In: Coletivo Bereia*. 3 jun. 2025. Disponível em:
<https://coletivobereia.com.br/interferencia-de-religiosos-na-educacao-professor-perseguido-por-aula-com-mitologias-africana-e-grega-pede-demissao-de-escola-municipal/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNDL) à entrada do capital internacional espanhol.** Tese de doutorado. Pontífca Universidade Católica de São Paulo, 2007. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/10614>. Acesso em: 10 mar. 2022.

DELLORE, Cesar Brumini. **Araribá conecta geografia: 7º ano: manual do professor.** 1 ed. São Paulo: Moderna, 2022.

ESTRUZANI, Bruna Migoto Barbieri. **Jovem Sapiens Geografia: 7º ano.** 1 ed. São Paulo: Scipione, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estudos e Pesquisas.** Informação demográfica e socioeconômica, nº48. IBGE, 2022.
Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf. Acesso em: 01 nov. 2025.

MACIEL, Giséle Neves. O Programa Nacional do Livro Didático e as mudanças nos processos de avaliação dos livros de Geografia. **Pesquisar- Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia.** Florianópolis, V. 1, n.1, out. 2024, p.225-245.

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/pesquisar/article/view/66571>.
Acesso em: 20 abr. 2024.

MUNIZA, Ana Carolina Ferreira; GUERRERO, Ana Lúcia de Araújo; FERNANDES, Maíra **Jornadas**: Novos caminhos: Geografia: 7º ano. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação S.A., 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismos e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciência sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005, p. 117-142. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 09 jan. 2022.

PAULA, Marcelo Moraes; PINESSO; Cristina Christov; RAMA, Maria Angela Gomez. **Geografia espaço & interação**: 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 1ed. São Paulo: FTD, 2022.

PRINTES, Rafaela Biehl. Presença indígena nos livros didáticos de Geografia. Revista brasileira de Educação em Geografia, Campinas, V. 4, N.8,p,195-220. Jul./dez, 2014. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/247>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **A terra da, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem das sagradas matrizes africanas na escola. In.: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE. **Educação Anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005, P.121 – 132

SILVA, Hellen Cristine da. Análise dos livros didáticos de Geografia e a representatividade étnico-racial após 130 anos de abolição. **Mosaico**. V. 9, N. 15, 2018, p.105-120. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/76906>. Acesso em: 01 nov. 2025.

Nola Patricia Gamallo

Professora da Unipampa - Universidade Federal do Pampa, Campus de São Borja (RS). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

(2015). Mestre em Geografia pela UFRGS (2009). Graduada em bacharelado e licenciatura em Geografia (2005 e 2009). Especialização em Epistemologias do Sul, na Clacso (2019). Graduada em Pedagogia pela Uninter (2026). Professora das Graduações em Ciências Humanas Licenciatura e Geografia Licenciatura EAD (Unipampa -São Borja) e do Mestrado Acadêmico em Serviço Social e Proteção Social. Participa do grupo de Pesquisa GRUPED, Grupo de Pesquisa em Estudos Pós-críticos e decoloniais e do Grupo de Pesquisa Políticas Sociais, Expressões de Violência e Resistência (GPEXO- UNIPAMPA). Faz parte do Núcleo de Estudos em Espaço e Representações.

Marcos Vinicius da Silva Goulart

Professor Adjunto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM/DTF), doutor em Educação pela UFRGS com estágio doutoral na Universidad Pedagógica Nacional de Bogotá e mestre em Psicologia Social e Institucional. Possui formação em Filosofia e História, com múltiplas especializações. Ministra disciplinas de Filosofia, Antropologia e Sociologia da Educação na Pedagogia e integra o corpo docente permanente do PROF-FILO/UFAM. Coordena pesquisa sobre neoliberalismo e educação brasileira sob perspectiva pós-estruturalista e foucaultiana. Lidera o GPEFILO-UFAM e integra o GRUPED-UFAM. Atuou no PARFOR junto a comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas no Amazonas.